

## **Inclusão, Medicalização e Produção de Subjetividade: uma revisão bibliográfica sobre gestão escolar e micropolíticas**

**Inclusion, Medicalization and the Production of Subjectivity: a literature review on school management and micropolitics**

**Inclusión, medicalización y producción de subjetividad: una revisión de la literatura sobre gestión escolar y micropolíticas**

Recebido: 17/07/2022 | Revisado: 26/07/2022 | Aceito: 27/07/2022 | Publicado: 05/08/2022

**Tarcísio Mendel Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0147-8244>  
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil  
E-mail: [tarcisiomendel@yahoo.com.br](mailto:tarcisiomendel@yahoo.com.br)

**Maria Goretti Andrade Rodrigues**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3607-1946>  
Universidade Federal Fluminense, Brasil  
E-mail: [mariagoretti@id.uff.br](mailto:mariagoretti@id.uff.br)

### **Resumo**

O presente artigo teve como objetivo a realização de uma revisão bibliográfica da literatura para analisar publicações que versam sobre a gestão escolar no contexto da educação inclusiva, utilizando os termos de busca: “gestão escolar” and “inclusão” and “deficiência” and “micropolítica” and “produção de subjetividade”, no portal de busca *Google Acadêmico*. Os resultados apresentaram um total de 3350 publicações, com um recorte a partir do ano de 2017 foram encontradas 1330 publicações, destas foram selecionadas apenas os artigos, visto que parte dos resultados se referiam a dissertações de mestrado e teses de doutorado, como também, *e-book* entre outros *links*. Deste total, apenas 09 artigos versaram sobre a temática da produção de subjetividade. Nas análises, foram encontradas abordagens sobre a importância do cuidado, do acolhimento, sobre o excessivo encaminhamento dos alunos pela escola devido ao enquadramento pela via da anormalidade que considera os estudantes com desvio de padrão. Observamos que pesquisadores que se colocaram a investigar essa temática se posicionaram politicamente frente as atrocidades à vida que essa sociedade do desempenho tem nos encarcerado, levando-nos a ver e reconhecer a alteridade como expressão singular da vida.

**Palavras-chave:** Subjetividade; Inclusão educacional; Gestão da escola; Alteridade.

### **Abstract**

The present article aimed to conduct a literature review to analyze publications on school management in the context of inclusive education, using the search terms: "school management" and "inclusion" and "disability" and "micropolitics" and "subjectivity production", in the search portal *Google Academic*. The results showed a total of 3350 publications, with a cut from the year 2017 1330 publications were found, of these only articles were selected, since part of the results referred to master's dissertations and doctoral theses, as well as e-books, among other links. Of this total, only 09 articles dealt with the theme of subjectivity production. In the analyses, we found approaches about the importance of care, of welcoming, about the excessive referral of students by the school due to the abnormality that considers the students with deviation from the standard. We observed that researchers who set out to investigate this theme took a political stand against the atrocities to life that this performance society has imprisoned us, leading us to see and recognize otherness as a singular expression of life.

**Keywords:** Subjectivity; Educational inclusion; School management; Otherness.

### **Resumen**

El presente artículo tuvo como objetivo realizar una revisión bibliográfica para analizar las publicaciones sobre gestión escolar en el contexto de la educación inclusiva, utilizando los términos de búsqueda: "gestión escolar" y "inclusión" y "discapacidad" y "micropolítica" y "producción de subjetividad", en el portal de búsqueda *Google Académico*. Los resultados arrojaron un total de 3350 publicaciones, con un corte del año 2017 se encontraron 1330 publicaciones, de estas solo se seleccionaron artículos, ya que parte de los resultados se referían a disertaciones de maestría y tesis doctorales, así como libro electrónico, entre otros enlaces. De este total, sólo 09 artículos trataron el tema de la producción de subjetividad. En los análisis, se encontraron enfoques sobre la importancia de la atención, de la acogida, sobre la remisión excesiva de alumnos por parte de la escuela debido al encuadre vía anormalidad que considera a los alumnos con desviación de la norma. Observamos que los investigadores que se han puesto a

investigar este tema se han posicionado políticamente frente a las atrocidades a la vida que esta sociedad del rendimiento nos ha encarcelado, llevándonos a ver y reconocer la alteridad como una expresión singular de la vida.

**Palabras clave:** Subjetividad; Inclusión educativa; Gestión escolar; La alteridad.

## 1. Introdução

A educação inclusiva no Brasil é afetada pela lógica neoliberal que demarca no outro sua falta de capacidade para ocupar um lugar normalizado e instituído. Nesse sentido, as rotas já traçadas demonstram sinais de esgotamento dos sujeitos frente à uma impugnação das diversas formas vida. Precisamos reinventar outros caminhos, abrir novas possibilidades que estejam coerentes com questões contemporâneas para que a diferença seja entendida como expressão de vida que pulsa, de vida que é, de vida que compõe a vida.

O/a estudante com deficiência precisa ser trazido para a cena da escola regular. Essa é a grande novidade. Não há o lugar pré-determinado na escola especializada, mas isso foi naturalizado por muito tempo, e as pesquisas apontam a extrema importância da desconstrução da naturalização do lugar do/a estudante com deficiência nesse lugar separado.

Trazer o lugar da escola como esfera da política – lugar de luta entre o instituído (o que foi naturalizado como lugar na sala de recursos, antes na classe especial, mas sempre o lugar do saber do especialista para “ensinar”) e o instituinte (o lugar na sala de aula, na escola como um todo, que muda para acolher a singularidade da criança, descobrir seu modo de aprender), e a esfera da produção micropolítica das escolas, das suas redes sociais, dos desafios de pensamento e da ativação de práticas, para fazer emergir a escola em novas tramas em processos de inclusão de estudantes com deficiência.

O capacitismo é conceituado como a capacidade de ser e fazer que é reiteradamente negada às pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social, ou seja, na escola é a discriminação praticada contra estudantes com deficiência e se baseia em comportamentos que subestimam e limitam as capacidades desta parcela da população, que são tratadas como incapazes. Solidificamos a convicção na inclusão, para não sucumbir ao preconceito que parece estar na base do neoliberalismo: o capacitismo.

Ao falar sobre a possibilidade de tentar fazer de nossos currículos novos mapas, não mais marcados por territórios fragmentados, mas tentando ultrapassar fronteiras, vislumbrar novos territórios de integração entre os saberes, Gallo (2000, p. 24) aponta que um dos caminhos possíveis é o da interdisciplinaridade. A busca da interdisciplinaridade como central na postura do gestor, pensando nos processos de acolhimento a estudantes com deficiência e outras vulnerabilidades na escola, e o compartilhar de responsabilidades, se justifica frente à epidemia de diagnósticos na infância vindos da escola, e os encaminhamentos para a área da saúde do que foge à disciplinarização dos corpos.

A partir da inquietação frente à ideia de promoção de diálogos que rompem com a lógica hegemônica do biopoder sobre o saber na escola, a ênfase no olhar sobre cada caso e articulação de uma rede de apoio, sem perder a dimensão das importantes tentativas da escola como um todo. A micropolítica do cotidiano na lida com a diferença na escola para a ser então nosso objeto de interesse para a pesquisa.

Nesse sentido, esbarramos na questão “micropolítica”, que aqui entendemos tal como Guattari (1985), ao abordar a perspectiva da “revolução molecular”, que é colocado em tela nessa escrita como o encontro que acontece na escola, em contraposição às macropolíticas, das elaborações de leis que regem a Educação Especial e Inclusiva, por exemplo.

Na perspectiva rizomática, apreendemos o conceito de mapa contraposto a decalque. Mapeamos então “termos” que nos guiarão na busca por autores no cenário nacional que discutem as complexas questões que nos inquietam para esse urgente rompimento com a lógica hegemônica medicalizante presente no universo escolar e social como um todo.

Medicalização foi um termo elencado pela dimensão de que os saberes pedagógicos são silenciados, assim como as possibilidades de intervenções baseadas na concretude da escola, nas relações estabelecidas entre os diferentes agentes sociais e na participação democrática da comunidade escolar nas decisões e caminhos a serem traçados, como visto em Angelucci

(2018). Precisa-se romper com a hierarquização da busca da solução do rótulo do diagnóstico, que remete à ordem disciplinar da vida e anula todas as formas de existência.

No intuito de conhecer as produções acadêmicas acerca da temática da pesquisa que versa sobre educação inclusiva e processos de subjetivação na perspectiva da gestão escolar, objetivamos nesse artigo levantar as publicações científicas no portal de pesquisa Google Acadêmico e com isso, trazer discussões que engendram possibilidades de uma educação para todos.

## 2. Metodologia

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 21-22).

A autora acima nos brinda com uma demarcação do universo da pesquisa qualitativa. Com o intuito de nos localizarmos no campo de pesquisa, reconhecer as perspectivas já existentes sendo trabalhadas na relação da produção de subjetividade, gestão escolar e inclusão, e de forma a poder localizar os aspectos que compõem o objeto de pesquisa, entendemos ser necessário realizar uma busca mais aprofundada sobre as publicações que se preocupam com esta questão.

De acordo com Minayo (2001, p. 33), a pesquisa bibliográfica deve ser “disciplinada, crítica e ampla”. Disciplinada porque devemos ter uma prática sistemática, a autora citada aponta que os fichamentos são um bom procedimento; crítica porque devemos estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação por nós escolhido; e ampla porque deve dar conta do "estado" do conhecimento atual sobre o problema. Para essa autora, o levantamento e a discussão da produção bibliográfica existente sobre o tema de interesse do pesquisador, é fundamental para qualquer tipo de pesquisa.

Essa forma de investigar, além de ser indispensável para a pesquisa básica, nos permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento. Ela visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido. Além dessas considerações, podemos dizer que a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse (Minayo, 2001, p.53).

A pesquisa bibliográfica então iniciou-se em junho de 2021, quando definimos a importância de levantar referências e publicações que versam nossa temática de estudos, em seguida, as palavras a serem utilizadas para filtrar as publicações, como também, o portal de buscas na internet. Escolhemos como portal de pesquisa o Google Acadêmico. O Google Scholar surgiu em 2004 – tendo adquirido uma versão em português em 2006, o Google Acadêmico – e é uma ferramenta de pesquisa do Google voltada à busca de fontes acadêmicas. Nesse espaço de busca foram utilizados os seguintes termos: gestão escolar *and* inclusão *and* deficiência *and* micropolítica *and* produção de subjetividade, com o objetivo de encontrar publicações que abordassem sobre gestão escolar no contexto da educação inclusiva. Definida a temática, os termos de busca e o portal, o período das publicações não foi previamente estabelecido, sendo as pesquisas classificadas no Google Acadêmico.

De acordo com as buscas, foi disponibilizado um número significativo de publicações, um total de 3.350 resultados referente as palavras chave, optamos por fazer um recorte com o objetivo de filtrar as publicações mais recentes. Nesse sentido, filtramos artigos publicados a partir do ano de 2017, com um resultado total de 1.330 publicações, destas, selecionamos apenas os artigos, visto que parte dos resultados referiam-se a dissertações de mestrado e tese de doutorado, como também, *e-book* entre outros *links*. Para selecionar os trabalhos, foi necessário inicialmente observar os títulos e logo fazer uma breve leitura dos resumos para verificar a relação com o objetivo da pesquisa. Assim, inicialmente foi destinado à leitura completa apenas dos artigos que apresentaram relação com a temática em questão.

Como muitos resumos não deixaram claro se o artigo realmente apresentava alguma relação à produção de subjetividade numa perspectiva inclusiva, foi necessária a leitura completa dos textos triados, buscando uma melhor compreensão.

**Tabela 1** - Artigos selecionados na Plataforma Google Acadêmico para a revisão

Termos de busca: gestão escolar and inclusão and deficiência and micropolítica and produção de subjetividade			
Resultado do nº de textos encontrados	Resultado do nº de textos encontrados com recorte a partir de 2017	Número de artigos selecionados após a leitura completa dos textos	Período de publicações dos artigos selecionados
<b>3.350</b>	<b>1.330</b>	<b>09</b>	<b>2017 a 2021</b>

Fonte: Autores (2021).

Evitamos utilizar artigos que não fossem revisados por pares, buscando assim publicações em periódicos com avaliação às cegas por pesquisadores, permitindo maior confiabilidade de avaliação.

### 3. Resultados

Elencamos informações relevantes sobre os artigos envolvidos nesta revisão bibliográfica, para que a compreensão de dados referentes aos objetivos, metodologias e participantes possibilite maior clareza acerca das publicações e suas temáticas.

**Quadro 1** – Produções analisadas.

Autor(es)	Título	Periódico	Ano de Publicação
NACINOVIC & RODRIGUES.	Medicalização da educação especial: Tensões na inclusão.	<b>Educação, Sociedade e Culturas</b> , n. 57.	2020.
NASCIMENTO.	Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar	<b>Arquivos Brasileiros de Psicologia</b> , v. 71, n. 1	2019
CHAVES & CALIMAN.	Entre saúde mental e a escola: A gestão autônoma da medicação.	<b>Revista Polis e Psique</b> , v. 7, n. 3	2017
CALIMAN; CÉSAR & KASTRUP	Práticas de cuidado e cultivo da atenção com crianças.	<b>Revista Educação, Artes e Inclusão</b> , v. 16, n. 4	2020
DE OLIVEIRA; BASSANI & RONCHI FILHO	Discursos medicalizantes na educação infantil: Problematizações em torno da educação especial.	<b>Educação, Sociedade e Culturas</b> , n. 57	2020
BARBOSA & LEITE	Infância e Patologização: Contornos Sobre a Questão da Não Aprendizagem.	<b>Psicologia Escolar e Educacional</b> , v. 24	2020
MARAFON, SOUZA & NICOLAIEWSKY	Encontros entre deficiência, infância e formação docente: Contribuições para enfrentar a medicalização da educação no presente.	<b>Educação, Sociedade e Culturas</b> , n. 57	2020
PLETSCH & PAIVA	Por que as escolas continuam “laudando” alunos com deficiência intelectual?	<b>Revista Educação Especial</b> , v. 31, n. 63	2018
FREITAS & OLIVEIRA	Formação e Atuação do Gestor Escolar na Perspectiva da Educação Inclusiva	<b>Imagens da Educação</b> , v. 11, n. 1	2021

Fonte: Autores (2021).

Em Nacinovic e Rodrigues (2020), o objetivo foi analisar os efeitos que a medicalização produz na educação e,

particularmente, no que compreendemos no Brasil como Educação Especial, que se configura como um conjunto de estratégias e políticas públicas para a educação de pessoas com deficiência. A metodologia utilizada foi o viés cartográfico, com narrativas expostas mapeadas em rodas de conversas. Os participantes foram professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O estudo de Nascimento (2019) reafirma a importância de adotarmos uma mudança paradigmática na promoção da educação inclusiva. Como metodologia, o autor realizou uma busca por estratégias inclusivas, através de revisão bibliográfica, e identifica a produção de trabalhos exitosos, promovidos pela aproximação entre psicologia e educação. Elege duas intervenções extraídas de referências situadas no campo da Psicologia Escolar e Educacional. Ambas foram inspiradas nos referenciais da pesquisa-intervenção (Aguiar & Rocha, 2007). Os participantes foram psicólogos em pesquisa-intervenção em escolas, onde pesquisadores e sujeitos do cenário escolar se tornaram participantes da pesquisa. A gestão escolar ao autorizar a pesquisa na escola, se viu implicada.

O artigo de Chaves e Caliman (2017) esboçou considerações sobre as práticas produzidas no entrecruzamento da Saúde Mental e a escola, resultantes de uma pesquisa intervenção que objetivou cartografar tais articulações e as pistas para construir um trabalho intersetorial. A metodologia utilizou o viés cartográfico configurando uma pesquisa intervenção participativa no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil de Vitória (CAPSi), com um grupo de Gestão Autônoma da Medicação (GAM). Os sujeitos da pesquisa foram participantes do grupo de Gestão Autônoma da Medicação (GAM), composto por pesquisadores, familiares de crianças em tratamento com psicotrópicos e trabalhadores do Centro de Atenção Psicossocial para infância e Adolescência de Vitória/ES (CAPSi).

No artigo de Caliman, César e Kastrup (2020), os objetivos foram analisar a construção e os efeitos da Oficina da Palavra. Tendo como metodologia o formato de oficina realizada como uma pesquisa-intervenção baseada no método da cartografia. A Oficina ocorreu entre 2015 e 2017, acontecia uma vez por semana em uma sala ampla do CAPSi e cada encontro tinha em média, uma hora de duração. O critério de inclusão era a criança ou o adolescente ser atendido pela instituição, ter disponibilidade para frequentar os encontros semanais e fazer uso regular de pelo menos um psicofármaco. Os sujeitos que participaram dos encontros foram formados por 10 crianças e adolescentes, entre 8 e 15 anos que, em sua maior parte, permaneceram até o final do trabalho.

O dispositivo escola aparece nas cenas de forma explícita, visto que as demandas que o CAPSi de Vitória/ES acolhe, advêm de encaminhamentos pelas escolas devido aos alunos “ditos que não aprendem, não conseguem prestar atenção na aula, não param quietas, são agressivas e impossíveis” demandas essas com solicitação de “laudo médico e prescrição de medicamentos” (Caliman, César & Kastrup, 2020, p. 167). Entendemos, que a gestão escolar, neste caso, atua de forma desarticulada, onde não há a responsabilização dos demais membros da equipe no exercício do acolhimento e cuidado no olhar para cada aluno indistintamente.

As práticas que observamos no caso apresentado do referido artigo, demonstram isenção do cuidado, isenção de atuação educacional, isenção da atuação e responsabilidade que é da escola, quando os mesmos atribuem ao médico e ao CAPS questões que são de ordem educacional e pedagógica.

Os autores De Oliveira, Bassani e Ronchi Filho (2020) tiveram como questão central em seu artigo os discursos medicalizantes nos cotidianos da educação infantil e como a educação especial é capturada por tais discursos. Por medicalização entendem o processo de transformar artificialmente questões sociais, históricas e políticas em questões de ordem médica. A metodologia constitui-se em um estudo de caso que utiliza os princípios da cartografia como ferramenta, e seu plano de pesquisa foi um Centro Municipal de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Vitória. Os participantes foram as professoras regentes de turma e a professora de educação especial, buscando encontrar pistas do porquê de tais crianças serem encaminhadas para o atendimento da educação especial. Não ter menção da gestão escolar pode nos dar pistas

de uma gestão desarticulada da temática. A inclusão dessa forma nos fornece pistas de ser “da educação especial”, não da escola como um todo, indo de encontro à perspectiva embasada pela filosofia da diferença.

A composição de Barbosa e Leite (2020) teve como objetivo refletir acerca de alguns aspectos relacionados aos processos de patologização/medicalização da infância, alinhados a uma perspectiva psicopedagógica, cultural, social e médica criando algumas conexões desta temática com os conceitos de biopolítica, rostitude e das práticas de poder que operam na perspectiva de um efetivo controle sobre a vida e a existência humana. A metodologia pautou-se em uma pesquisa bibliográfica com autores que respaldam tal temática.

O objetivo do artigo de Marafon, Souza e Nicolaiewsky (2020) foi construir um espaço de problematização da experiência de pesquisa e extensão universitária brasileira, desenvolvida desde 2016, para a formação docente continuada acerca de deficiência, inclusão e mediação educacionais. A metodologia baseou-se nas discussões apresentadas a partir dos estudos da deficiência em relação com as narrativas das práticas de docentes da educação infantil, dos participantes dos encontros de 2019. A partir das experiências profissionais e de referenciais desmedicalizantes, constituiu-se um saber da experiência para elaborar o encontro entre deficiência, infância e formação docente. A equipe foi composta por três professoras, moradoras da grande metrópole, autoras deste texto, e oito estudantes de graduação, entre voluntárias e bolsistas, habitantes do território da periferia urbana.

O artigo das autoras Pletsch e De Paiva (2018) teve como objetivo discutir e problematizar o processo de avaliação e encaminhamento de alunos com deficiência intelectual para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerando as orientações da Nota Técnica nº. 4 de 23/01/2014, que desobriga a apresentação de laudo médico como condição de acesso ao AEE. A metodologia baseou-se na abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball (2009) para discutir as várias dimensões que envolvem, ainda hoje, as concepções e práticas avaliativas adotadas nas redes de ensino para garantir ou não o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estes alunos, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas no segundo semestre de 2016 e no primeiro de 2017 com gestoras de Educação Especial de sete Redes de Ensino da Baixada Fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti).

Em composição às discussões que versam sobre a atuação dos gestores escolares, as autoras Freitas e Oliveira (2021) objetivaram em seu artigo identificar o papel de atuação do gestor escolar na escola inclusiva e levantar qual a formação indicada para essa prática. A metodologia consistiu de revisão bibliográfica e apresentou o propósito de construção de uma contextualização e análise das possibilidades presentes na literatura consultada. Os autores ressaltaram que a técnica de revisão narrativa, quando comparada à revisão sistemática, apresenta-se mais aberta, não utilizando de critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise, também não havendo necessidade de se esgotar as fontes. Citada como muito adequada para ser utilizada na fundamentação teórica de trabalhos científicos, sendo a seleção e interpretação das informações a critério da subjetividade dos autores (Cordeiro et al., 2007).

Neste estudo buscamos investigar como têm sido desenvolvidas as pesquisas sobre educação inclusiva, envolvendo gestão escolar, medicalização e produção de subjetividade. Nossa perspectiva visa analisar o caminho de tais publicações para discutirmos sobre o neoliberalismo e o capacitismo que tem imperado no território escolar, que segundo pesquisas, subvertem o saber pedagógico ao saber médico e as implicações na produção de subjetividade.

De acordo com o exposto, parte das publicações tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, considerando que é essencial na construção de um artigo científico devido o embasamento teórico. Como descrito nos textos selecionados, e organizados acima, observamos ainda que os artigos trazem narrativas do cotidiano escolar, tanto pelas experiências de professores, como pela trajetória dos alunos. O artigo - Por que as escolas continuam “laudando” alunos com deficiência intelectual?, das autoras Pletsch & de Paiva (2018), nos chamou a atenção, o mesmo baseou-se na discussão e problematização de avaliação e encaminhamento de alunos com deficiência intelectual para o Atendimento Educacional



Especializado (AEE), considerando as orientações da Nota Técnica nº. 4 de 23/01/2014, que desobriga a apresentação de laudo médico como condição de acesso ao AEE.

Todos os estudos apontaram uma perspectiva qualitativa, com técnicas de ensaio e descrição das narrativas dos sujeitos da pesquisa, visto o que se discute são ações subjetivas acerca do ambiente escolar. No entanto, quatro apresentaram viés cartográfico em que o pesquisador também é implicado com o campo, com o que acontece e o envolve, ou seja, os atravessamentos da pesquisa. Outros quatro baseiam-se em pesquisa bibliográfica sobre a temática de estudos e apenas um artigo baseia-se em entrevistas semi-estruturadas com gestores escolares.

Visualizamos autores de grande relevância para agenciarmos coletivos na despatologização de vidas que são anuladas e segregadas nas escolas, pois os comportamentos que não são normatizados, são classificados como diferentes, anormais ou melhor, afirmados: alunos da inclusão.

#### 4. Discussão

A partir da leitura dos artigos, pudemos ter um panorama mais ampliado para compreender o que vem sendo produzido referente às temáticas que envolvem a inclusão, às abordagens sobre a medicalização e a interlocução com a produção de subjetividade. Há pesquisadores que desenvolvem pesquisas acerca de questões tecnicistas, ou seja, que tratam métodos e formas de atuação do gestor escolar, definindo as competências necessárias, como também, os processos de inclusão com protocolos de eficiência que trarão a resolução para cada caso. Em contrapartida, com o advento da palavra chave no portal de busca “produção de subjetividade” selecionamos materiais significativos que vieram ao encontro para tecermos discussões singulares que valorizam as existências nas trajetórias escolares de pessoas com deficiência.

Neste sentido, as pesquisadoras Nacinovic e Rodrigues (2020) trazem uma abordagem sobre a medicalização na educação especial no Brasil, com ênfase “à emergência de analisadores que marcam o biologismo extremo e a negligência frente à complexidade dos processos subjetivos do ser humano”. São problematizadas as questões neoliberais que legitimam o excesso de psicofármacos em idade cada vez menor para que determinada criança tenha direito a participar da escola. As pesquisadoras realizaram rodas de conversas com as professoras do AEE, apontam para a dificuldade de articulação com os/as professores/as das turmas regulares e para a insistência no atendimento educacional especializado em substituição ao ensino regular, o que, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (Brasil, 2008) não é permitido, já que constituiria uma medida de exclusão do aluno. As autoras chamam a atenção para o modelo da “educação espacial” (Nacinovic e Rodrigues, 2020) que pode contaminar a sala de recursos como o *locus* da educação especial.

As autoras argumentam que as narrativas trazidas pelas docentes mostraram que a medicalização dos processos educacionais está intimamente relacionada ao endereçamento de alunos/as às salas de recursos. Os/As professores/as se veem cobrados/as por melhorias no desempenho do/a aluno/a e, diante da impossibilidade de alcançar o tempo normativo de aprendizagem, docentes vão em busca de desvios em discentes. “Nessa brecha perigosa, surgem os metilfenidatos e risperidonas para se apresentarem como milagres na palma da mão” (Nacinovic e Rodrigues, 2020).

Entendemos que, embora a gestão escolar não apareça nas rodas de conversa, o endereçamento dos estudantes com deficiência para essa “educação especial” da sala de recursos se aproxima da ideia de ausência de gestão compartilhada das situações de forma a se ter um olhar para cada caso, e o aluno ser responsabilidade da escola, e parece exclusivamente tutelado pelo AEE.

Fica evidente os perigos que atravessam as escolas frente ao elevado índice da medicalização no território escolar, que a criança para ser aceita precisa se enquadrar a um dos seguintes indicadores: ter um comportamento normal ou desvio de conduta da normalidade que configura em “aluno da inclusão”.

Na publicação de Nascimento (2019) a reflexão baseia-se sobre os desafios a serem superados com a finalidade de enfrentamento da lógica excludente que ainda atravessa muitos espaços escolares. Inicialmente, aponta as conquistas registradas pela legitimação da educação inclusiva. Em um segundo momento, conjectura sobre limites e restrições que tornam a inclusão imensamente desafiadora e necessária. Em seguida, sugere caminhos epistemológicos capazes de potencializar o encontro entre psicologia e educação. O artigo traz abordagens sobre a importância da psicologia no território escolar e enfatiza as lutas que precisam ganhar espaços para a atuação dos profissionais da psicologia por uma educação inclusiva.

Percebe-se o posicionamento ético e estético da autora no que se refere aos emaranhados do capitalismo no cotidiano escolar que evidenciam o fracasso escolar, onde ganham espaço os alunos que possuem melhor desenvolvimento nas escolas, podemos dizer, os alunos comportados e com melhores notas nas disciplinas. Esse artigo foge dos propósitos de nossa pesquisa, que é vislumbrar perspectivas que abarquem a intersectorialidade da escola com o contexto que habita para pensarmos sobre a gestão escolar, na medida em que centraliza a discussão no papel da psicologia para a efetivação de práticas inclusivas. Não menciona que a psicologia traria o gestor escolar para a cena da problemática da inclusão.

No artigo de Chaves e Caliman (2017) a discussão versa sobre um trabalho de saúde mental com crianças e adolescentes que são ditos com problemas de aprendizagem, que são encaminhados para atendimentos com psicólogos e psiquiatras para um diagnóstico na anulação de uma existência, que para expor sua singularidade, a mesma precisa ser domesticada a um modelo normatizado e instituído. Parte desses laudos referem-se principalmente ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Desafiador Opositivo (TOD).

Os pesquisadores abordam autores que discutem a medicalização no território escolar pautados em uma pesquisa-intervenção no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil de Vitória (CAPSi).

Ao sustentarem as controvérsias em torno da prescrição, consumo, e acompanhamento de um medicamento, os autores constroem outra postura frente aos acontecimentos escolares e tecem novas conversas entre a escola, o CAPSi, familiares e crianças. Por esse motivo trazemos para o cenário dessa revisão da bibliografia, as discussões tecidas. Aqui a intersectorialidade aparece como via de sustentação do trabalho realizado, implicando o contato com a gestão escolar. “O que a escola quer ao demandar Ritalina? O que o diagnóstico de TDAH produz na vida das crianças e seus familiares? Por quê não receitar a Ritalina? Por que solicitar a Ritalina como única via de tratamento?” (Chaves & Caliman, 2017, p. 156). Com esses questionamentos, aos poucos, a posição dura e inflexível em torno da Ritalina e do diagnóstico de TDAH foi deslocada para a análise coletiva da demanda de cuidado, possibilitando ressignificar a escola como uma parceira no cuidado. O grupo GAM, ao cultivar a cogestão do uso do medicamento e da terapêutica do usuário, efetiva-se como uma estratégia potente, possibilitando coletivizar as questões, incluindo cada vez mais atores no processo de cuidado. Entendemos tal proposta como uma tecnologia de cuidado implicado e preocupado com questões do território da criança ou adolescente em questão.

Os autores tomam como subsídio um dispositivo conceitual fundamental: “mal entendidos promissores” (MEP) (Moraes, 2010), que busca transformar situações de “desentendimento”. Amparados em Moraes (2010), ao sustentar coletivamente um MEP foi possível para os pesquisadores criar novas versões para as práticas farmacológicas com o metilfenidato que atravessavam o CAPSi de um canto a outro, mesmo quando deslegitimadas.

Pelo que podemos extrair do artigo, o mal entendido promissor é o que move a intervenção, é o que coloca todos os envolvidos (aluno, escola, família, profissionais do caps) diante do fato de que “a experiência de interrogar o outro envolve um processo de transformação que não se passa apenas para o interrogado, senão também para aquele que interroga” (Moraes, 2010, p. 17).

Trazemos para a discussão da temática da pesquisa sobre gestão escolar, e expressamos que através do relato dos autores, compreendemos que o manejo do Grupo não era fácil, visto que “as experiências que atravessavam o uso do medicamento eram inúmeras, os pontos de vista eram pouco flexíveis e, por vezes, surgiam polarizados, impossibilitando a



conversa, principalmente entre familiares e profissionais do CAPSi ou entre familiares e escola” (Chaves & Caliman, 2017, p 146). Entretanto, é explicitado pelos autores que no grupo, semanalmente, foram sendo sustentando espaços de conversa, buscando dar espaço para que desentendimentos fossem vividos como promissores.

Couto (2012), em sua análise sobre a Política de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes (SMCA), explana que uma das funções do CAPSi é promover ações de cuidado que devem se precaver contra a medicalização e as práticas que contribuem para o ajustamento de condutas no trato com crianças e adolescentes. Chaves & Caliman (2017) partem desse princípio para resgatar esse nobre objetivo do CAPSi, ao colocar em análise tal demanda, acolhendo-a sem de imediato tomá-la como equivocada.

A partilha dessas experiências tira a situação da simplicidade do entendimento da pílula que resolve o problema, traz para o campo da complexidade um discurso presente em muitos serviços de saúde mental que afirma que a escola e o familiar querem laudos e medicamentos para se desresponsabilizarem do cuidado com as crianças.

Chaves & Caliman (2017) apontam ainda que o maior problema é quando a terapêutica medicamentosa visa a normalização da vida. Normalização esta que está quase sempre atrelada à vida escolar. O discurso de algumas mães fala da importância da Ritalina na vida dos seus filhos. Uma delas, por exemplo, conta de como, do ponto de vista da escola, o filho se tornou aluno exemplar.

As histórias partilhadas colocavam em análise a necessidade incontestável do medicamento, ampliando e por vezes alterando as experiências de sua prescrição, consumo e acompanhamento. Os autores perceberam que o grupo se constituía como um espaço que tornava possível que a decisão de dar ou não a Ritalina para a criança fosse partilhada e coletivamente acompanhada. Não só docência é convocada, mas também a gestão escolar, dado que envolve a escola como um todo.

Não poucas vezes o uso do remédio está relacionado à ida da criança à escola, é o que afirmam Chaves & Caliman (2017), bem como Nacinovic e Rodrigues (2020). Algumas mães tem o costume de dar Ritalina para seus filhos apenas no período letivo, não medicando nos finais de semana e nas férias escolares. Tais hábitos denunciam, dentre outras coisas, uma forma de pensar a aprendizagem que silencia e aprisiona as infâncias singulares.

Essa discussão de Chaves & Caliman (2017) traz para o bojo uma “linha de fuga” (Deleuze & Guattari, 1995) ao intervir sobre demandas escolares que não poucas vezes inundam os serviços de saúde mental infanto-juvenil, evidenciando que há em curso um modo de fazer entre saúde, escola e família, que aparece de forma endurecida e com desconfiança. A relação histórica estabelecida entre “problemas de aprendizagem” e “problemas de saúde” reforça um processo de “cuidado” que se dá cada vez mais de forma fragmentada e isolada.

A “linha de fuga” proposta pelos autores para produzir conversas outras que escapam dos processos medicalizantes e individualizantes foi o Grupo GAM, que apontou que “cuida-se cada vez mais só. A centralidade do medicamento como a única terapêutica nos aponta a fragilidade de lidarmos coletivamente com as aflições contemporâneas” (Chaves & Caliman, 2017, p. 155).

Já a pesquisa de Caliman, César & Kastrup (2020) levou em consideração crianças diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outros problemas relacionais, usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), que participam de uma oficina de leitura. A proposta da Oficina da Palavra foi oferecer uma alternativa ao uso da medicação como modo central de tratamento, por meio de um dispositivo grupal e participativo de leitura e também de cuidado.

As autoras trazem o cuidado como um cultivo atencional, atenção essa, que se preocupa com o outro, com o coletivo, com situações e sinais que o outro apresenta “a atenção requerida pelo trabalho de cuidado não é controle, mas, ao contrário, é a capacidade de cultivar a pessoa com suas próprias possibilidades e experiências e em situações sempre únicas” (Caliman; César & Kastrup, 2020, p. 190).

Os estudos emblemáticos de Conrad (1975, 2006) apontam o lugar central do par TDAH-metilfenidato nos processos de medicalização da educação e dos comportamentos infantis desviantes. No Brasil, o metilfenidato foi liberado para o tratamento do TDAH em 1998. Desde então, os números do consumo crescem ano após ano. Frente a este cenário, os discursos acadêmicos e de profissionais da saúde e da educação encontram-se polarizados entre aqueles que defendem sem críticas o diagnóstico biomédico de TDAH e os que questionam a própria existência do transtorno (Ortega et al, 2018). Em um polo, o metilfenidato é visto como o tratamento mais indicado para o TDAH e para os problemas atencionais que dificultam a aprendizagem na escola; no outro polo, ele é descrito como a “pílula da obediência”, exemplo maior de um indesejável processo de medicalização da educação.

Procurando ir além desta dicotomia, Caliman, César & Kastrup (2017) reconhecem que ecossistemas atencionais precários podem produzir problemas atencionais e sofrimento na relação que certas crianças estabelecem com a escola, consigo mesmas e com os outros. Assim, a “Oficina da Palavra” aparece como buscando constituir um ecossistema atencional favorável, marcado pelo cultivo de uma atenção conjunta entre os seus participantes, capaz de acolher gestos atencionais distintos da focalização. A Oficina constitui um dispositivo grupal que acolhe a distração, movimento atencional frequentemente considerado prejudicial à aprendizagem. Assume-se o desafio de acolher a distração para produzir consistência relacional e maior concentração na experiência da leitura em grupo.

Não há o envolvimento intersetorial nesse trabalho, mas levanta questões fundamentais para uma mudança significativa do ambiente escolar, e isso certamente exige o investimento da gestão escolar.

Do estudo de Caliman, César & Kastrup (2017), depreendemos que, quando a atenção é considerada sinônimo de prestar atenção, frequentemente associada à focalização, a distração é, por vezes, tomada como seu oposto – um regime de falta de atenção. No entanto, quando consideramos a complexidade dos regimes atencionais, percebemos que a distração possui uma importante função no processo atencional.

Caliman, César & Kastrup (2017) resgatam então a existência de uma discussão já presente no final do século XIX e adensada nos dias atuais, que pode oferecer pistas interessantes para a análise e tratamento do TDAH e dos problemas atencionais no ambiente escolar. Nesta direção, a atenção vai muito além do gesto atencional individual de prestar atenção a um objeto. A questão que se coloca é como entender e cuidar de possíveis problemas atencionais que emergem na escola e em outras situações quando assumimos essa perspectiva. Apontam que a atenção não é individual, mas sim individuante, coletiva e relacional. Isso impacta na gestão escolar e na ambiência da sala de aula.

Se o que define um ecossistema como favorável tem relação com o modo de interação atencional nele cultivado, a gestão escolar teria um importante papel no fazer acontecer o projeto político pedagógico em formato de co-gestão, de fato como construção e atuação coletiva.

As características que definem a atenção conjunta são “a co-presença, a reciprocidade, a sintonia afetiva e as práticas de improvisação e invenção” (Caliman, César & Kastrup 2017, p. 174).

O aspecto favorável de um ecossistema depende de como atenções co-existem, se interpenetram e se co-afetam num folheado complexo. Um ecossistema atencional torna-se favorável na medida em que os princípios da atenção conjunta são cultivados e experimentados.

Uma outra escola é necessária para que a culpa do déficit de atenção de seus filhos não caia nos pais, por falta de limites ou coisas do tipo que se ouvem nas escolas, onde os autores nos convocam à: “mais que culpar a própria criança ou adolescente e mesmo os professores, trata-se de ultrapassar a posição de que esta é uma questão individual e pensá-la a partir do ecossistema atencional em jogo” (Caliman, César & Kastrup 2017, p. 175).

Nessa outra escola que aqui entendemos partir de uma gestão escolar outra, onde o ecossistema atencional fosse considerado. “Exige-se a atenção da criança, mas a ela pouca atenção é dedicada” (Caliman, César & Kastrup, 2017, p. 175). É

tornar o mundo presente, de modo que crianças e adultos, conjuntamente, possam “comunar”, variando e produzindo conhecimento de forma responsiva e responsável. E este é um trabalho sobre a atenção, a tarefa educacional seria tornar o mundo presente em sua comunalidade. Trata-se de uma perspectiva onde a atenção assume uma prioridade ontológica, sendo entendida como modo fundamental de estar no/com o mundo. Para Ingold (2018), quando cultivamos uma postura atenta ao/no mundo, correspondemos com ele, respondemos responsabilmente ao seu apelo de forma ativa. Nesta perspectiva, a atenção é o processo basilar da nossa constituição como seres relacionais.

Retirar a centralidade do medicamento do tratamento das crianças e adolescentes significava, paradoxalmente, romper com a invisibilidade de seu uso e de seus efeitos. A experiência com o medicamento é um dos fios da rede de atenção conjunta. É preocupante o número de crianças encaminhadas para atendimento devido às questões relacionadas a comportamentos, como também, a medicação na primeira infância.

As pesquisadoras afirmam, que por meio do acolhimento atencional criaram laços que atravessaram suas pesquisas, movidas pelo ecossistema que o cuidado proporcionou ao grupo, um afetamento flutuante que não pousa sobre as ausências afirmadas por uma sociedade necropolítica, mas que conecta e desconecta, permite múltiplas modulações em torno da existência.

Em análise ao artigo dos autores De Oliveira, Bassani e Ronchi Filho (2020), o mesmo se constituiu na pesquisa de mestrado e traz a tona as problematizações que atravessam as vidas devido o elevado encaminhamento da escola para tratar questões comportamentais. Os pesquisadores abordam estudos das pesquisadoras Moysés e Collares (2010) que são referência nacional sobre tal temática e aprofundam-se nos conceitos do discurso segundo Foucault (2008), para problematizar a subjetivação na relação do saber-poder que eclodem no território escolar dos supostos transtornos e deficiências que cristalizam obscuramente as singularidades do sujeito que é único em sua existência.

A metodologia do estudo baseia-se no viés cartográfico, com estudo de caso no Centro Municipal de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Vitória, e problematiza os “discursos medicalizantes nos cotidianos da educação infantil e como a educação especial é capturada por tais discursos. Por medicalização entendemos o processo de transformar artificialmente questões sociais, históricas e políticas em questões de ordem médica.” (De Oliveira, Bassani & Ronchi Filho, 2020, p. 225).

Os pesquisadores passaram a observar os discursos no cotidiano da escola, observaram as conversas dos professores no intervalo, as conversas sobre desvios de comportamentos, que com o apoio do AEE ter mais um profissional na sala de aula é uma forma de garantir o direito da criança. Observaram o mural de recados com os agendamentos no AEE, se determinada criança está em avaliação, suspeita ou já tem o laudo. Os resultados da pesquisa apontam que a educação especial em si não é a materialização da medicalização, pois ela ainda é uma modalidade de ensino importante para a garantia de acesso e permanência da pessoa com deficiência nas escolas regulares em uma sociedade que ainda preserva uma cultura excludente. Porém, a educação especial é agenciada por discursos medicalizantes quando enxerga a criança com deficiência através de aspectos meramente orgânicos, cria supostas síndromes/distúrbios e serve como “válvula de escape para os verdadeiros obstáculos enfrentados pela educação, como a falta de formação continuada, condições materiais precárias e salários insatisfatórios” (De Oliveira, Bassani & Ronchi Filho, 2020, P. 238)

O artigo “Infância e Patologização: Contornos Sobre a Questão da não Aprendizagem” dos autores Mariana de Barros Barbosa e César Donizetti Pereira Leite, publicado no ano de 2020, aborda sobre a medicalização no contexto escolar como principal forma de tratar supostas patologias que estão associados aos contextos políticos, históricos e sociais. No entanto, as práticas demonstram um intenso controle sobre a vida e sua singular existência, por conseguinte, o aluno é capturado, sem escolhas, de sua vida para viver uma outra obscura, isolada, deformada, regida por um controle que busca disciplinar o corpo a fim de domesticá-lo aos padrões que a sociedade aceita e determina.

Os autores apresentaram discussões sobre biopoder, patologização, domesticação dos corpos com base em referencial como: Foucault (1987), Moysés e Collares (2010), Peter Palbert (2013) na tentativa de entender o caos instalado sobre os encaminhados à médicos na busca de tratar os comportamentos subjulgados aos olhares da normalidade criada abruptamente, uma maquinaria que considera a binarização nos julgamentos, contudo, entendemos que a deficiência não está somente no outro, mas sim em cada um de nós que não nos dispomos a enxergar a pluralidade das coisas.

E sob esse poder, a criança é rompida de sua alteridade devido uma rostificação da normalidade, da padronização onde, segundo Barbosa e Leite (2020, p. 06) “ninguém pode ficar sem rosto, todos precisam passar pela máquina para serem devidamente identificados e tratados de acordo com o rosto que receberem...esta não se atribui somente ao rosto em si, o corpo inteiro pode ser rostificado”

Nesse cenário a padronização da deficiência coloca em *check* toda uma vulnerabilidade social que considera que é necessário professores capacitados para tratar questões relacionadas à subjetividade, uma ação identitária que segue produzindo os sujeitos e os colocando em um lugar fixo, onde o biopoder aniquila o devir criança

O artigo das autoras Marafon, Souza e Nicolaiewsky (2020) se deu a partir de um projeto de pesquisa e extensão universitária. São as responsáveis pelo projeto as 03 autoras do artigo, que são professoras universitárias, desse projeto participam um público universitário e da comunidade, composto por docentes – experientes, iniciantes e em formação – pertencentes às redes públicas e privadas da região periférica do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. O objetivo é uma pesquisa intervenção que busca problematizar os temas da mediação e da educação de crianças em processo de inclusão nas escolas, a partir de uma construção coletiva de um saber da experiência, segundo Larrosa (2018).

As autoras discutem sobre o modelo biomédico que enclausura vidas nas escolas por uma elevada solicitação de laudos, para que os alunos sejam vistos com o cuidado que merecem, contudo sabemos que tais laudos rompem com a alteridade para domesticar os corpos que são contrários aos padrões de nossa sociedade. A partir das narrativas dos docentes que participaram do projeto, as autoras abordaram referenciais que proporcionaram reflexões e a ressignificação das práticas no cotidiano escolar.

Alinhadas à essa proposta as autoras desenvolvem problematizações acerca do seguinte questionamento: “o discurso “científico” marca as atitudes e habilidades esperadas para cada faixa etária. Como educar para uma vida plena se a escola é marcada por prescrições e normatizações que não permitem que as crianças construam suas trajetórias de forma autônoma, sem estigmas?” As autoras apontam para o cuidado no encontro com os sujeitos, as crianças, as educadoras e os familiares, pois, com o advento da pandemia causada pelo corona vírus covid 19, faz-se necessário um investimento para que as experiências singulares sejam pensadas, cuidadas e tenham consistência, respeitando assim, a singularidade da infância.

No artigo de Pletsch e De Paiva (2018), as autoras abordam sobre o seguinte questionamento – Por que as escolas continuam laudando? O artigo discute sobre a avaliação e o encaminhamento de alunos com deficiência intelectual a partir das diretrizes de educação inclusiva contidas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Os procedimentos metodológicos marcam, de forma explícita, que as sete gestoras que participaram da entrevista entre 2016 e 2017 possuem especialização para atuar em Educação Especial, assim deixamos claro nosso posicionamento para romper com a linha abissal que separa de um lado a supremacia que apenas o saber médico e a especialização de professores é o fator determinante para atuar em Educação Especial. Do outro lado da linha há invenção das práticas, protagonismo, valorização das experiências prévias relacionadas ao cotidiano de cada sujeito, ações essas que almejam espaços para discussão para que o comprometimento com a educação que abarca a todos, reconheçam as formas de vida (Santos, 2014).

Na pesquisa as autoras apontam sobre a atuação da Associação de Pais e Amigos (APAE), que no território pesquisado o acesso é mais rápido e possui serviços que a rede pública de saúde não consegue absorver, nesse ínterim fica a inquietação que se é a família que escolhe onde matricular seu filhos, como optar pela rede pública, se determinado

atendimento não é ofertado? Segundo as autoras, por mais que as APAEs recebam verbas públicas, o atendimento pode parecer otimizado, tudo parece ter uma resolutividade maior, onde as famílias acabam não tendo outra saída, visto que parte dos serviços que são prestados, a rede pública de saúde não oferece. É nesse discurso de apelo que as vidas são segregadas e capturadas pelo neoliberalismo, sem ao menos uma observação social e emocional de crianças em situações de vulnerabilidade. No território em que nossa pesquisa acontece, uma gestora de uma escola de distrito, compartilhou o seguinte relato em uma oficina, “na minha escola eu não tenho alunos da inclusão, lá eles são atendidos pela APAE, que é o melhor para eles”.

Com base na afirmação das autoras Pletsch e De Paiva (2018, p. 1045), a influência de pensamentos dominantes em relação ao baixo desempenho escolar, está atrelada às análises e considerações às especificidades de cada aluno com deficiência intelectual, pois quando esse aluno não se enquadra em critérios que fogem à diversidade humana, frutos de uma psicometria que tudo normatiza, os estigmas de “aluno fraco”, “esse não aprende por nada”, “o pior aluno da classe” corrobora com os indicadores de desempenho, dentre eles, o fracasso escolar. Tal fato, é uma das pistas do porquê as escolas continuam a laudar alunos da educação inclusiva (Pletsch & De Paiva, 2018).

Destarte, a Nota Técnica nº. 4 representa um avanço por não cobrar o laudo para atender pedagogicamente os sujeitos que apresentam possivelmente deficiência intelectual, contudo, abre a possibilidade de ampliação artificial do número de indicações ao AEE, devido à indicação de muitos alunos que apenas apresentam dificuldades em função de suas condições emocionais ou sociais. Ademais, segundo os sujeitos que participaram da entrevista, o laudo ainda é cobrado para terem garantidos outros direitos, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Pletsch & De Paiva, 2018).

Vale ressaltar, que segundo as gestoras da educação especial que atuam nas escolas que participaram da pesquisa, a “Nota acabou por ampliar a indicação pelos professores do número, já enorme, de alunos a serem encaminhados para o AEE com suspeita de deficiência intelectual”, que nos apontam uma outra pista do por que as escolas continuam a laudar alunos com dificuldade de aprendizagem, pois segundo as mesmas, com o laudo médico é importante “para evitar o aumento artificial de alunos com deficiência” (Pletsch & De Paiva, 2018, p. 1050).

Uma outra pista que é de suma importância para nossa discussão, são os registros deturpados no Educacenso, que devido uma questão instituída, as escolas que compõem a rede fazem os registros dos dados coletados pelas equipes de Educação Especial no Educacenso, de formas variadas, algumas escolas registram apenas quem tem laudo e outras registram sem o laudo para garantir a verba, pois por “falta de amparo científico na identificação dessa população acaba por ampliar as estatísticas sobre o quantitativo de alunos com deficiência intelectual”. Tal registro tem por objetivo, diretamente vinculado, “aos recursos financeiros destinados aos municípios para os alunos da Educação Especial, pois quando estes recebem o AEE, são contabilizados duplamente para o repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)”, segundo Pletsch e De Paiva (2018, p. 1050).

Em suma, a escola pública brasileira é “um espaço vivo de discussão, avaliação e elaboração de ideias e práticas pedagógicas”. É no território escolar que “resistências são formuladas e fortalecidas, promovendo transformações na vida das pessoas”. Neste sentido, a disposição da Educação em “romper com limites tão enraizados, como o saber médico, é uma atitude corajosa, complexa e dispendiosa” (Pletsch & De Paiva, 2018, p. 1051).

O artigo das pesquisadoras Freitas e Oliveira (2021) apontam para a formação e atuação do gestor escolar, contudo a abordagem se dá de forma a reforçar conjuntos de competências e habilidades para a atuação dos gestores escolares, no entanto, nosso posicionamento enquanto pesquisadores é demonstrar que quando referimos às competências para um determinado trabalho, estamos reforçando a lógica do neoliberalismo que corrompe a nossa alteridade, a fim que passamos a ser uma outra pessoa, que precisa buscar constantemente especializações para validar a possibilidade de atuar como educadores.

Entendemos que é fundamental a um gestor escolar que demonstre cuidado com todos os alunos e equipes que compõem a escola, o acolhimento e uma visão singular para com o outro.

As autoras reforçam que “a gestão escolar é a primeira na escola que precisa se conscientizar da importância de atuar na organização da escola na perspectiva inclusiva, e assim se torne a base para todo o desenvolvimento pedagógico e princípio para a elaboração da proposta pedagógica” (Michels, 2006; Sage, 1999 *apud* Freitas & Oliveira, 2021, p. 136). Para isso, entendemos ser necessário a co-gestão, que é o envolvimento dos demais membros da escola para um trabalho participativo, pois dessa forma, é possível efetivar as ações que estejam alinhadas ao cotidiano da escola que pensa e age por uma educação que é para todos, indistintamente.

Vale salientar que “essa prática remete a um exercício da gestão escolar, mais coerente, que deixa o espaço dos gabinetes, e visa à busca do conhecimento do que realmente ocorre nas salas de aula, participando ativamente do pedagógico” (Libâneo, 2001, *apud* Freitas & Oliveira, 2021, p. 136). Sabemos que para o gestor, no seu dia a dia, muitos são os processos burocráticos que requerem a sua atuação, como: assinatura e elaboração de documentos, elaboração de regulamentos, análise de despesas, plano de trabalho para adequação de verbas, avaliação do estoque de alimentos, livros e materiais escolares para alunos, material de escritório, que são os itens de consumo e os materiais permanentes, como cadeiras, mesas, computadores, além de demandas relacionadas à reformas na unidade escolar, entre outras.

Contudo, ter a sensibilidade de sair da sua sala e ir ao encontro das ações pedagógicas, das conversas extraordinárias com os professores, coordenação pedagógica e os alunos, até mesmo no intervalo, sentar com os alunos para entender as demandas dos mesmos, é um ato de liderança e direcionamento necessários para compreender o contexto e direcionar a equipe para efetivar a educação. Este sim, é um ato potente e emergente das escolas e seus alunos que carecem de cuidado.

Nessa perspectiva, as autoras afirmam com subsídios de Mantoan (2003) a necessidade de uma reorganização escolar e que, é no Projeto Político Pedagógico – PPP que deve conter as indicações necessárias para uma escola inclusiva, “pois é dele que se desencadeiam diversas ações ali previstas e definidas, tais como: currículo, formação de turmas, práticas de ensino e de avaliação” (Freitas & Oliveira, 2021, P. 137).

O PPP é o documento que respalda a escola e seus atores frente os direcionamentos voltados ao ensino e à aprendizagem dos alunos em situações diversas, “por meio de princípios, diretrizes e propostas de ação nele expressos que vem a melhor organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo” (Freitas & Oliveira, 2021, p. 137).

Frente aos entraves do cotidiano no campo micropolítico da escola pública, nos enche de esperança saber do tom de resistência e de invenção que tais autores nos convidam para trilhar o caminho frente às intempéries neoliberais.

## 5. Considerações Finais

Com base nos resultados da revisão bibliográfica da literatura, observamos que, de 2017 até o mês de dezembro do ano de 2021, o número de publicações que versam sobre a consideração da subjetividade na educação inclusiva, ainda é pouco difundido. De 1330 resultados no *Google Acadêmico*, apenas 09 artigos versaram sobre esse viés.

Os pesquisadores que se colocaram a investigar essa temática se posicionaram politicamente frente às atrocidades da vida que essa sociedade do desempenho tem nos encarcerado, levando-nos a ver e reconhecer a alteridade como expressão singular da vida.

Abordou-se sobre o biologismo extremo e a negligência frente à complexidade dos processos subjetivos do ser humano, a importância do cuidado, sobre o excessivo encaminhamento dos alunos pela escola devido ao enquadramento pela via da anormalidade que consideram os estudantes com desvio de padrão, como alunos da inclusão. Tais direcionamentos baseiam-se em laudos com TDAH e TOD.



As práticas narradas demonstram um intenso controle sobre a vida e sua singular existência, onde o/a aluno/a é capturado/a, sem escolhas, de sua vida para viver uma outra obscura, isolada, deformada, regida por um controle que busca disciplinar o corpo a fim de domesticá-lo aos padrões que a sociedade aceita e determina. Os autores e autoras visitados apresentaram discussões sobre biopoder, patologização, domesticação dos corpos

Em relação à educação inclusiva, parece haver certo consenso acerca da ideia de que já não há um único modo de compreender o que é a educação especial e de definir quais seus paradigmas, seus modelos.

Esse tipo de realidade que se enfrenta hoje, está muito voltado para processos cada vez mais excludentes, que encarceram pessoas com certas dificuldades de aprendizagem causando cada vez mais preconceitos e exclusão no ambiente escolar. Cabe aos profissionais da educação refletir sobre seu papel e questionar até que ponto deve-se analisar um contexto social de forma padronizada. O encontro com o outro potencializa sujeitos. Entendendo que a escola pode ser esse lugar de encontros, onde pessoas tornam-se sujeitos de si e da vida.

Sugere-se trabalhos futuros sobre as temáticas da alteridade e educação inclusiva, que enfatizem os cuidados e posicionamentos em relação ao neoliberalismo e à medicalização da vida, para que assim possamos contagiar pesquisas outras frente às lutas que consideram cada vida como única, singular e potente.

## Referências

- Aguiar, K. F., & Rocha, M. L. (2007). Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: Referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), 648-663. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400007>
- Angelucci, Carla Biancha. (2014). Medicalização das diferenças funcionais–continuísmos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. *Nuances: estudos sobre Educação*, v. 25, n. 1, p. 116-134. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/274>
- Ball, Stephen J. (2009). *Palestra: Ciclo de Políticas / Análise Política*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- Barbosa, Mariana de Barros; Leite, César Donizetti Pereira. (2020). Infância e patologização: contornos sobre a questão da não aprendizagem. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24. <https://www.scielo.br/j/pee/a/bR64Cw5rszyrGckvvHSxFvn/?lang=pt>
- Brasil. (2014). *Nota Técnica nº. 4*. Brasília. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category\\_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192)
- Brasil. (2008). Ministério Da Educação. *Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva*. Brasília. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>
- Brasil. (2001). *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)
- Caliman, Luciana Vieira; César, Janaína Mariano; Kastrup, Virgínia. (2020). Práticas de cuidado e cultivo da atenção com crianças. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 16, n. 4, p. 166-195. <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/17887>
- Chaves, Felipe Alan Mendes; Caliman, Luciana Vieira. (2017). Entre saúde mental e a escola: A gestão autônoma da medicação. *Revista Polis e Psique*, v. 7, n. 3, p. 136-160. <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/75328>
- Conrad, P. (1975). The discovery of hyperkinesis: notes on the medicalization of deviant behavior. *Soc. Probl.*, v. 23, n.1, p. 12-21.
- Conrad, P. (2006). Expansion: from hyperactive children to adult ADHD. In: CONRAD, P. (org.). *The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p.46-69.
- Cordeiro, A. M.; Oliveira, G. M.; Renteria, J. M. & Guimarães, C. A. G. (2007). Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Rev. Col. Bras. Cir.* 34(6), p. 428-431. <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLGLPwcmV6Gf/?lang=pt>
- Couto, M. (2012). *Política de Saúde Mental para crianças e adolescentes: especificidades e desafios da experiência brasileira (2001-2010)*. Tese de doutorado, Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ), Rio de Janeiro. <http://objdig.ufrj.br/52/teses/796154.pdf>
- Deleuze, Giles.; Guattari, Felix. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: 34. v. 2.
- De Oliveira, Débora Nascimento; Bassani, Elizabete; Ronchi Filho, Jair. (2020). Discursos medicalizantes na educação infantil: Problematizações em torno da educação especial. *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 57, p. 223-241. <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/13%20De%20C3%94%20C3%B2%20C3%A1u%20E2%95%A0%20C3%AA%20Oliveira%20C3%20Elizabete%20Bassani%20%26%20Jair%20Ronchi%20Filho.pdf>
- Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

- Freitas, Flaviane Pelloso Molina; De Oliveira, Jáima Pinheiro. (2021). Formação e atuação do gestor escolar na perspectiva da Educação Inclusiva. *Imagens da Educação*, v. 11, n. 1, p. 133-155. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/50486>
- Gallo, Sílvio. (2000). Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In Aves, Nilda. & Garcia, Regina Leite (Orgs.). *O Sentido da Escola*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Guattari, Félix. (1985). *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense.
- Ingold, T. (2018). *Anthropology and/as education*. Routledge: New York, p. 94.
- Larrosa, Jorge. (2018). *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1 ed.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna.
- Marafon, Giovanna; Souza, Marina Castro; Nicolaiewsky, Clarissa de Arruda. (2020). Encontros entre deficiência, infância e formação docente: Contribuições para enfrentar a medicalização da educação no presente. *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 57, p. 166-183. <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/10%20Giovanna%20Marafon%2C%20Marina%20Souza%20%26%20Clarissa%20Nicolaiewsky.pdf>
- Minayo, Maria Cecília de Souza (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Moraes, M. (2010). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Moysés, Maria Aparecida A.; Collares, Cecília. (2010). Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia, Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.). *Medicalização de Crianças e Adolescentes - conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nacinovic, Rafaela do Carmo Pacheco; Rodrigues, Maria Goretti Andrade. (2020). *Medicalização da educação especial: Tensões na inclusão*. *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 57, p. 203-221.
- Nascimento, Ladislau Ribeiro do. (2019). Encuentros posibles entre psicología y educación para la inclusión escolar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 71, n. 1, p. 6-18. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672019000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000100002&lng=pt&nrm=iso)
- Ortega, F.; Zorzaneli, R.; Gonçalves, P. V. (2018). Academic and professional Tensions and debates around ADHD in Brazil. In: Bergey, M.; Filipe, A.; CONRAD, P.; SINGH, I. (eds.). *Global perspectives on ADHD: Social dimensions of diagnosis and treatment in sixteen countries*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 186-207.
- Pelbart, P-P. (2013) *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1 Edições.
- Pletsch, Márcia Denise; De Paiva, Carla. (2018). Por que as escolas continuam “laudando” alunos com deficiência intelectual?. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 63, p. 1039-1079. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/32902>
- Santos, Boaventura de Souza. (2014). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos, B. D. S., Meneses, M. P. G., (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra; Almedina e CES/UC, p. 23-71.